

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.6-25

Políbio contra Timeu, ou o Direito de Criticar

Breno Battistin Sebastiani

Professor de Língua e Literatura Grega do DLCV-FFLCH-USP

De modo análogo aos ἀγωνεῖς políticos, trágicos ou erísticos, os ataques polibianos a um historiador seu antecessor discutem e desqualificam a posição assumida pelo adversário em favor da posição do atacante relativamente a um mesmo assunto. Diferentemente, porém, nos ataques polibianos apenas uma das partes tem voz ativa: a crítica se dá a um adversário cujas posições se reduzem às citações pontuais selecionadas por seu opositor. Desse modo, se por um lado Políbio firma a própria posição derrogando os argumentos da parte contrária, por outro enriquece, ou empobrece, as possibilidades analíticas derivadas da crítica dada a (in)exata circunscrição dos pontos criticados.

Além de não se constituir meramente em recurso empregado a fim de brilhar covardemente à custa de um adversário impossibilitado de responder, ou cujas respostas estão condicionadas ao enfoque parcial do atacante, o desenvolvimento da polêmica no texto de Políbio aponta para uma prática corrente entre os autores dos séculos III e II a.C., o questionamento e a revisão dos pontos de vista dos escritores de períodos anteriores.¹. Nesse sentido, as críticas polibianas visam (r)estabelecer um paradigma de metodologia historiográfica partindo da precisa identificação dos pontos considerados problemáticos na parte contrária, e não a mera desqualificação da obra desta como um todo. Assim, tal procedimento torna-se fecundo, posto constituir índice das possibilidades e necessidades de um mundo no qual se amplia e acentua a transmissão escrita do conhecimento.

Políbio dedica o livro XII² das *Histórias* a discutir as falhas metodológicas de seus predecessores e por conseqüência estabelecer seu próprio método de trabalho. Plenamente inspirado pelo “esprit de son siècle”³, o historiador megalopolitano critica acerba e principalmente aquilo que considera erros históricos e metodológicos de Timeu

¹ Pédech, “La culture de Polybe et la science de son temps”, pp. 42-45, I. L’esprit critique, in: Gabba, 1973.

² Sobre o livro XII, sua partição e análise do conteúdo cf. Sacks, 1981, cap. 2: “The narrative method”.

³ Pédech, “La culture de Polybe et la science de son temps”, p. 45, in: Gabba, 1973.

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.6-25

de Tauromênio⁴. Para o motivo da inserção digressiva da extensa crítica exatamente neste livro Políbio dá uma pista: *ele [Timeu] historiou mal a respeito da Líbia e da Sardenha, e sobretudo a respeito da Itália* (Pol., XII, 4c, 2). É bastante provável que em meio à narrativa dos conflitos que conformaram e das regiões atingidas pela Segunda Guerra Púnica Políbio teve de recorrer à obra de Timeu, de cujas informações retirou o aproveitável e criticou o que considerou inapropriado para uma obra historiográfica⁵. Além disso, é possível também que Políbio, colocando-se como sucessor de Tucídides quanto à abordagem política da história, critique a postura “herodoteana” de Timeu, a privilegiar questões mais antropologicamente orientadas⁶.

A crítica polibiana a Timeu também se insere no debate pela determinação de uma apropriada metodologia historiográfica⁷, no contexto da disputa entre “dois usos opostos da história que visavam à preparação do homem político, mas de maneira diferente e em níveis diferentes: de um lado a prática isocrática, que elencava precisos objetivos culturais e políticos a serem perseguidos, de outro a que fornecia todos os instrumentos de técnica política, rigorosamente controlados, os quais o político deveria levar em conta nas suas decisões para não incorrer nos erros cometidos no passado. A primeira é uma historiografia de propaganda, e nesse sentido também fiel a uma sua verdade; a segunda, programaticamente ‘imparcial’ e ‘objetiva’, não se empenha politicamente, porque voltada para a elaboração de uma técnica útil para o político, quaisquer que sejam seus objetivos particulares e contingentes”⁸. Por outras palavras, a preocupação de Timeu era fornecer conteúdos para o exercício da política, sem necessariamente imprimir-lhes nenhuma orientação ética, enquanto que a de Políbio era, por meio da determinação de uma ética política comum ao historiador e ao homem

⁴ Timeu de Tauromênio (IV-III a.C.). Mais famoso e importante historiador da Sicília e dos gregos do ocidente: Marincola, 2001, p. 109. Escreveu uma história da Sicília desde as origens até 289 a.C. em 38 livros, narrou as guerras entre Pirro e Roma até 264 a.C. e redigiu uma cronologia dos vencedores olímpicos.

⁵ Conjectura de Sacks, 1981, p. 48.

⁶ Sacks, 1981, p. 70. Segundo Fraser, 1972, p. 763, é imenso o impacto de Timeu sobre Políbio, o que o coloca entre os mais influentes historiadores do período, algo constatável por sua importância também para os historiadores gregos e mitógrafos até o período imperial romano.

⁷ Walbank, 1972, pp. 50 e 52-3 aponta duas razões para o ataque de Políbio a Timeu: porque genuinamente via erros no trabalho do predecessor e por razões pessoais, pois que este era o primeiro grande historiador grego de Roma, reputação almejada por Políbio. O uso da polêmica aberta ou não era um procedimento recorrente na historiografia antiga. Era um importante meio de autodefinição do historiador antigo. Nenhum outro o utilizou tão vastamente quanto Políbio. Cf. Marincola, 1999, pp. 218, 229 e ss, e Marincola, 2001, p. 134. Para uma relação das diversas polêmicas provocadas por Políbio ao longo de sua obra cf. Pédech, “La culture de Polybe et la science de son temps”, pp. 44-45, in: Gabba, 1973.

⁸ Gentili e Cerri, 1975, p. 45.

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.6-25

prático, fornecer o instrumental epistemológico para que o sucesso político fosse ao mesmo tempo prática e eticamente orientado.

A primeira dessas acusações se reporta à negligência de Timeu quanto à importância do questionamento e, por conseqüência, seu afastamento da verdade almejada pela prática historiográfica⁹:

a parte respeitante aos questionamentos é definitivamente negligenciada por ele, a mais importante da história. Pois uma vez que freqüentemente as ações se realizam em conjunto; que é impossível estar presente em muitos lugares ao mesmo tempo; e que não é possível um só indivíduo tornar-se a um só tempo observador de todos os lugares do mundo habitado e de todas as particularidades dos locais, é preciso que colha instrução de muitas fontes, que creia nas dignas de crença e também seja juiz não mau dos testemunhos que se apresentem. Quando Timeu reclama grande ênfase nessa seção, parece-me que se afasta ao máximo da verdade; pois deixa tanto de examinar a verdade com precisão por intermédio de outros quanto não se faz observador de locais nem vai em pessoa a eles, não nos conduzindo a nada são a respeito disso (Pol., XII, 4c, 3 - 4d, 1-2).

Negligenciar a prática do questionamento¹⁰ (*αἰάκρισις*) significa para o historiador antigo colocar em perigo a credibilidade de sua narrativa, por duas razões: primeiro, porque é impossível presenciar (*παρεῖναι*) todas as ações em todos os lugares, pois que ocorrem ao mesmo tempo; segundo, porque é impossível ser observador único (*αὐτόπῃ τὸν εἶνα*) de todas as regiões do mundo e suas particularidades. O questionamento seria a ferramenta historiográfica utilizada para suprir essas duas limitações, permitindo ao historiador ser um *κριθῆς μη>κακός* e assim infundir credibilidade à sua narrativa, pois que só crê no que é digno de crença (*πίστευειν τοῖς αἰίοις πίστewς*). Devido à limitação humana relativa ao

⁹ Limitar a história à esfera científica contraria a visão que a antiguidade possuía sobre ela. Já desde Heródoto a história consistia numa fusão de ciência e arte, em que se emparelhavam a análise precisa e ecos épico-poéticos (Strasburger, “La storia secondo i Greci: due modelli storiografici”, p. 7, in: Musti, 1979). Daí a opção pela denominação “prática historiográfica”, genérica, sem confinar a história a nenhuma esfera em separado.

¹⁰ Sobre os significados do questionamento em Políbio, cf. Sacks, 1981, p. 205: “não a mera coleção de testemunhos mas a apreciação crítica e a coleção após entendimento baseadas na própria experiência do historiador em circunstâncias similares”. Walbank, 1999, v. II, *ad locum*, verte *αἰάκρισις* por “personal inquiry”. A opção por “questionamento” mantêm a abrangência do inglês, com a vantagem de poder ser aplicada também sobre a temporalidade do passado, algo que “personal inquiry” apenas resvala.

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.6-25

testemunho onipresente e à negligência quanto ao questionamento, Timeu afasta-se ao máximo da *αληθεια*. Três conceitos metodológicos fundamentais estão apontados nessa acusação: a) a verdade como *τέλοϛ* metodológico da narrativa, cuja importância em muitas partes Políbio faz referência¹¹. Do mesmo modo como para Tucídides, que para aquilatar a precisão dos informes alheios, apenas os transcreve *ὄσον δυνάτον ἀκριβεῖς*, a verdade advinda da prática do questionamento é aferida por Políbio também em termos de precisão (*ἀκριβωϛ*); b) a presença física do historiador como máxima garantia da veracidade da apreensão da realidade e c) o questionamento como a mais importante ferramenta auxiliar da presença física, empregável para sanar limitações inerentes à condição humana. Essa primeira acusação relativa às negligências de Timeu é consequência de duas observações já feitas por Políbio para enfatizar a importância de seu método de pesquisa.

A primeira diz respeito ao meio empregado pelo historiador para falar dos tempos passados. Políbio estabelece qual seria o melhor ponto de partida para sua narrativa:

(...) determinamos ser esse o melhor substrato, primeiro porque a obra de Arato avançou até esse período, ao qual atamos nossa narração, decidindo relatar sua seqüência no que diz respeito aos gregos; e segundo porque os tempos de tal modo concorrem para os seguintes e para aqueles abarcados por nossa história que uns pertencem à nossa época, outros à de nossos pais. Disso segue-se que os primeiros nós próprios assistimos, sobre os outros ouvimos relatos de quem os presenciou. Pois não nos parecia ser seguro, em termos de concepções ou de declarações, acrescentar algo muito recuado no tempo, como se transcrevêssemos a audição da audição (Pol., IV, 2, 1-3).¹².

Políbio discerne três temporalidades distintas passíveis de serem abarcadas por um relato histórico, cuja precisão em sua apreensão aumenta conforme a proximidade do presente: a) um passado remoto (*τὸ ἀνωτέρω τοιϛ χρόνοιϛ*), acessível apenas mediante tradição (*ἀκροῖα ἐκ ἀκροῖαϛ*), e não por intermédio direto do historiador

¹¹ Em XXXIV, 4, 2 Políbio sentença: *a finalidade da história é a verdade*. Muito embora esteja apontando a finalidade metodológica da historiografia tal como a concebe, Políbio o faz de modo singular: distinguindo, dentro da obra de Homero, porções de história, de narrativa e de mito. A primeira seria o caso do catálogo das naus; a segunda, os relatos de batalhas (*a finalidade da narrativa é a ênfase, como quando trata dos que lutam*); e o terceiro, não especificado (*e do mito é o prazer e o espanto*).

¹² Os eventos atribuídos por Políbio à geração de seus pais (cf., Pol., IV, 1) se situam entre 227-221 a.C. Cf. também Walbank, 1972, pp. 42-3 e Sacks, 1981, p. 115, n. 45.

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.6-25

relatante. Corresponde ao período historiável mediante unicamente a consulta a documentos; b) um passado próximo (τοῦς χρόνουσ κατὰ τοῦς πατέρασ ἡμῶν) não vivido pelo historiador, mas acessível por intermédio do questionamento da geração que o presenciou (παρὰ τῶν ἐμῶν ἀρκότων ἀκῆκοίνοι) e c) o presente vivido pelo historiador (τοῦς χρόνουσ κατὰ ἡμᾶς) historiável a partir de sua presença cognitiva (τοίεσ αὐτοῦσ ἡμᾶσ παραγεγονέναι) auxiliada pelo questionamento quando impossibilitada pelas limitações humanas. Ao negligenciar a prática do questionamento, Timeu teria comprometido a veracidade de seu relato seguramente em dois setores: a) no que diz respeito à apreensão do passado próximo, dado que acessível unicamente através de tal instrumento e b) no relativo ao presente, pois dadas as limitações humanas, o questionamento é a ferramenta auxiliar mais importante do testemunho pessoal direto. Talvez também a houvesse comprometido em relação ao passado remoto, se admitido emprego de tradições exclusivamente orais por tais historiadores.

A segunda observação explicita o que seria a verdade almejada pelo historiador, associando-a à visão por meio de uma comparação, a partir da constatação de que as obras que não contenham verdade não podem ser chamadas de história (Pol., XII, 12, 2):

concordo que é preciso predominar a verdade em obras de tal tipo, e conforme o assunto por vezes vejo-me eu próprio dizendo que tal como um corpo vivo privado da visão torna-se completamente inútil, do mesmo modo caso se suprima a verdade da história seu restante torna-se uma narração sem proveito (Pol., XII, 12, 3).

A visão está para o corpo assim como a verdade para a história: instrumento e produto do conhecimento elaborado se associam e convertem mutuamente. Pela visão se chega à verdade, e esta só é encontrada quando produto da visão. A verdade é tanto mais apreensível quanto mais a temporalidade relatada se aproxima do presente do historiador, e vice-versa. Se Timeu negligencia uma prática que lhe daria acesso às temporalidades mais próximas daquela que oferece o maior grau de apreensão verdadeira, *i. é* o presente presenciável, conseqüentemente é possível a Políbio concluir que a obra do siciliano se afasta maximamente da verdade.

A questão da visão se reporta diretamente ao conceito de αὐτοψία, o testemunho pessoal do historiador como garantia da máxima fidelidade de seu relato à

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.6-25

realidade historiável¹³. Discutindo a suposta existência do rio Eridano e das ilhas Cassitérides, que seriam os limites da Europa, Heródoto afirma: *isso não posso ouvir de nenhum observador* (Hdt., III, 115). Nenhuma testemunha ocular, nenhum observador direto aferiu essa informação, obtida pelo historiador por via de relatos. A existência de um **αὐλόπθϛ**, tanto melhor se fosse o próprio historiador, determinaria a legitimidade da informação. Sua ausência leva à ponderação desconfiada de Heródoto. Também Tucídides, muito embora não mencione explicitamente o conceito de **αὐλοϿία**, tem-no em mente em dois momentos. Quanto às ações, sua presença, condição para a apreensão por meio da visão, também é fator fundamental (**παρῆα**). Por haver vivenciado toda a guerra, afirma que terá um conhecimento (**εἰσῶμαι**) preciso dela¹⁴. O verbo empregado, ***εἶδω**, está na raiz de **ἱστορία**, e implica a noção de percepção na qual se incluem visão e intelecto¹⁵. Nas *Leis*, 900a2-3, o ateniense pergunta a Clíncias: *não te inquietas vendo tudo assim, percebendo por ouvir ou tu próprio observador de fato?* Assim, em Platão a percepção pela visão ou pelo intelecto também está associada à obtenção de informações por via da audição ou da observação pessoal. Políbio, por sua vez, ao sinalizar que a finalidade de sua história seria dar a conhecer a situação de cada povo após o domínio romano, aponta como garantia da fidedignidade de seu relato o fato de ter sido não apenas **αὐλόπθϛ**, mas também **συνεργός** e **χειρίσθϛ** do processo em questão¹⁶. Políbio não enfatiza somente a importância de sua observação pessoal, mas dá as razões por que ela é vasta e consistente: observou os fatos não como espectador meramente, mas de modo ativo e engajado, como colaborador e participante de situações.

¹³ O **αὐλόπθϛ** da historiografia se distingue do **μάρτυροϛ** iliádico quanto à finalidade do ato de observar: a observação historiográfica visa obter informações, enquanto que o testemunho iliádico é solicitado como fonte de recordação da futura credibilidade de um juramento (cf. *Il.*, III, 280: *sede testemunhas, guardai os críveis juramentos*). Nesse sentido, o conceito de **αὐλόπθϛ** configura um desdobramento em relação ao de **μάρτυροϛ**, posto que tão somente observa, mas sem o necessário compromisso de preservar aquilo que foi observado. No Hino Homérico a Hermes a diferença é demarcada pela fala da divindade a Zeus (v. 372): *não traga testemunhas nem observadores dos deuses bem aventurados*. Cf. Nenci, 1958, pp. 227-8.

¹⁴ Cf. Tuc., V, 26, 5: *Tendo vivenciado tudo isso, compreendendo com a idade e aplicando o juízo conhecerei algo preciso*.

¹⁵ Para a análise filológica dos verbos gregos relativos à visão e suas implicações, cf. Prévot, 1935, *passim*.

¹⁶ Cf. Pol., III, 4, 13: (...) **μη>μόνον αὐλόπθϛ, ἀλλ! ἠμ̄ μὲν συνεργός ἠμ̄ δὲ καὶ χειρίσθϛ γεγονέναι** (...) (*não apenas observador, mas de algumas coisas colaborador, de outras também participante tornei-me*). Segundo Walbank, 1957, v. I, *ad locum*, Políbio teria sido **συνεργός** em Cartago, durante a Terceira Guerra Púnica, e **χειρίσθϛ** no estabelecimento da liga aquéia, por exemplo.

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.6-25

A segunda acusação de Políbio relaciona a necessidade de experiência prática para a constituição da perícia do historiador, ao mesmo tempo em que uma erudição livresca não contribui para tanto:

a respeito dos acontecimentos de guerra, não é possível que alguém sem nenhuma experiência dos labores guerreiros escreva bem, nem a respeito de constituições quem não experimentou dessas ações e circunstâncias. O restante da obra, carente de experiência prática porque fundamentado em conhecimento livresco, além de escrito sem expressividade, torna-se assunto vazio para os leitores; pois se da história alguém extraísse o que é capaz de ser-nos proveitoso, seu restante tornar-se-ia absolutamente dispensável e inútil. E ainda, a respeito de cidades e locais, sempre que alguém não exercitado na experiência específica deseja escrever por partes, é claro que forçosamente ocorre algo semelhante: deixa de lado muitas coisas dignas de relato, e constrói vasto texto a respeito de muitas que não são; isso se aplica sobretudo a Timeu, que não fez inspeções pessoais (Pol., XII, 25g, 1-4).

Admitindo-se que “isso”, relativo que configura a acusação contra Timeu, se refira a toda a passagem e não apenas ao último período, constata-se a censura de Políbio assentada na equalização de dois conceitos como instrumentos da busca pela veracidade: a prática da inspeção visual (não exercida por Timeu - ἀφρασία) e a experiência prática (ἐμπειρία) de fundo político-militar, advinda basicamente pelo exercício da visão e do raciocínio nessas esferas de atuação, também negligenciada pelo siciliano.¹⁷ Visando desqualificar a obra de Timeu, Políbio aponta a prática levada a cabo pelo siciliano e que justamente por isso configura sua obra como metodologicamente inútil e dispensável: a experiência restrita à pesquisa livresca. Apenas a vivência seria capaz de atribuir valor à obra. Mais que uma finalidade metodológica (negação da veracidade), a ausência de experiência pessoal compromete o valor da obra por completo.

A importância da vivência dos acontecimentos narrados salientada por Tucídides, V, 26, 5, é redimensionada por Políbio, que a coloca como premissa

¹⁷ Para Aristóteles, *Metaf.*, A, 980b28, a experiência estava vinculada diretamente à vivência registrada na memória, quando afirma: *para os homens, a experiência nasce da memória*. Do mesmo modo, para Políbio ἐμπειρία não era questão de treino, mas parte constituinte da personalidade dos homens pragmáticos, dos quais deveria provir quem desejasse escrever história: cf. Sacks, 1981, p. 58 e Marincola, 1997, p. 8. À p. 72, K. Sacks afirma que Políbio é o único historiador antigo supérstite a afirmar a necessidade de experiência prática como pré-requisito para escrever história.

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.6-25

indispensável para a correta apreciação do mais importante auxiliar da visão na apreensão da realidade, no caso das temporalidades do presente e do passado próximo: o questionamento. Políbio rompe com seus predecessores ao insistir em que o questionamento por si é insuficiente, se não for guiado pela experiência da política. O homem experiente é superior porque não apenas questiona as testemunhas oculares, mas também porque sabe *como* questioná-las e pode determinar o que elas estão deixando passar ou exagerando.¹⁸ Situada no mesmo plano da visão porque advinda exatamente de seu exercício constante e atento, a experiência se configura como arcabouço racional acumulado que permite ao historiador o discernimento da veracidade ao aquilatar uma informação que não lhe chegou por meio do exercício da visão.

A terceira acusação contra Timeu diz respeito à sua confessa imperícia, desenvolvendo o raciocínio da segunda acusação:

Timeu diz no trigésimo quarto livro que, ‘tendo passado cinquenta anos ininterruptos em Atenas como estrangeiro tornou-se, como é de assentimento geral, imperito em qualquer serviço de guerra, bem como na observação de lugares’. Sempre que chega a alguma outra dessas partes na história, ignora muitas coisas e mente; às vezes toca de leve a verdade (Pol., XII, 25h, 1-2).

Sendo apegado nas esferas política e militar, Timeu se limita a resvalar a verdade. Dos três requisitos¹⁹ necessários ao historiador que, no entender de Políbio, desejasse escrever uma história pragmática, confessa não possuir os dois mais importantes, a observação geográfica e a experiência política. Com efeito, para Políbio a consulta a documentos consiste na parte menos importante da tarefa do historiador. Tratando da ênfase nos textos em que a experiência pessoal condiciona a narrativa, constata: *semelhantemente qualquer um assentiria ser a terceira parte da história e ocupar a terceira colocação o trabalho com documentos (Pol., XII, 25i, 2).*

O apego exclusivo a esta parte levaria à completa imperícia:

sendo [Timeu] por completo imperito em relação a esta [i. é., a diferença entre narrativa a partir da experiência e por ouvir dizer], semelhantemente toma

¹⁸ Marincola, 2001, pp. 136-137.

¹⁹ Consulta a documentos, observação de locais e prática política. Cf. Pol., XII, 25e, 1-3: *a história pragmática é tripartida: uma parte diz respeito à consulta a documentos e à comparação de seus conteúdos, outra à observação de cidades e da localização de rios, de portos e de todas as particularidades e distâncias na terra e no mar, a terceira às ações políticas. Muitos a ela se lançam devido à sua antiga reputação, e a maioria dos escritores nada acrescenta ao gênero exceto a facilidade, a ousadia e a indolência, semelhantemente aos boticários que aspiram à glória e por conveniência dizem sempre coisas de ocasião a fim de ganhar a vida com isso.*

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.6-25

o que dentre todas as coisas é menor e mais fácil na história como sendo a matéria maior e mais difícil; digo o reunir documentos e informar-se sobre cada coisa a partir de fatos vistos. De fato, nessa parte é forçoso que os imperitos se enganem grandemente; pois como são capazes de bem discernir a respeito de um combate, um cerco ou uma batalha naval? Como, dentre as explicações antes dadas, relacionar as que são algo impensável quando vistas por parte? Pois aquele que se informa a partir de declarações contribui não menos para o relato; a própria recordação das conseqüências dos fatos dirige a explicação para cada um dos acontecimentos; por causa disso o imperito não é auto-suficiente para julgar as testemunhas nem, estando presente, discernir o que ocorre, mas mesmo que esteja presente, de algum modo presente não o está (Pol., XII, 28a, 7-10).

Além de ἀπειροῦς Timeu é alguém que se dedica exclusivamente à pesquisa documental. Caso possuísse alguma experiência, poderia julgar (ἀνακρίναι) testemunhos, orais ou livrescos, e situações. Não a possuindo, mesmo quando exerce a visão, é como se não estivesse presente. Com esse raciocínio Políbio demonstra que, mesmo tendo todos os instrumentos para a pesquisa da verdade à mão, a ausência de experiência prática compromete o discernimento que leva à verdade. Não basta vivenciar, questionar ou pesquisar; é preciso saber como fazê-lo. Essa prática que se converte em teoria e vice-versa só advém da presença (εἶναι) na tentativa (πειθεῖν, πειράω), do conhecimento duradouro dela advindo, o único a condicionar um julgamento adequado, e do contato com obras de história que versem sobre esse tipo de assunto.²⁰

Timeu redige fiado apenas na consulta a documentos, e por isso não pode ser considerado um historiador de fato, pois não se adequa ao modelo pragmático proposto por Políbio. A imperícia confessa que o leva a assim proceder tem uma explicação:

[Timeu só teria coligido documentos] porque pode-se pesquisar em livros sem perigo nem sofrimento, caso alguém providencie apenas isto: ou uma cidade plena de documentos ou uma biblioteca nas vizinhanças. Depois é só procurar o que se pesquisa e comparar a ignorância dos historiadores anteriores sem qualquer sofrimento. Mas pesquisa séria demanda muita fadiga e

²⁰ Conforme Políbio assinala em I, 1, 6: *quem, novamente, é tão apaixonado por algum dos outros espetáculos ou lições que os faria algo mais útil do que esta experiência?*

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.6-25

despesa, confere algo grandioso e constitui a maior parte da história (Pol., XII, 27, 4-6).²¹.

É impossível amear experiência prática quando se permanece restrito à pesquisa livresca; ela só advém da prática política e da visita a locais. Na primeira, a dificuldade inerente concentra-se particularmente nas despesas necessárias para a manutenção de um cargo no mundo grego. Na segunda, centra-se nos perigos inerentes às viagens e explorações necessárias, fato que já havia levado Políbio a um comentário:

suportamos os perigos e sofrimentos que nos acompanharam na viagem pela Líbia e pela Ibéria, e ainda pela Galácia e pelo mar exterior contíguo a essas regiões para que, corrigindo a ignorância de nossos predecessores, fizéssemos conhecidas aos gregos também essas partes do mundo habitado (Pol., III, 59, 7-8).

O odisséico e pragmático Políbio se contrapõe ao rapsódico e erudito Timeu, fazendo com que sua crítica incida sobre a validade de toda a obra do antecessor, uma vez que não possui a experiência advinda da superação de dificuldades, fator condicionante do conteúdo do relato (tanto mais extenso e inovador quanto maior a experiência política e pessoal do historiador) e da veracidade nele contida (sem experiência, o julgamento da validade das informações fica comprometida). Sendo a prática política e a observação de locais as partes mais importantes da história pragmática, a experiência delas advinda é também a mais valiosa. A experiência que Timeu possui, fruto da pesquisa livresca, é menos significativa, porque produto da parte menos importante do tipo de história que corresponde ao projeto historiográfico polibiano. Se comparada a esse projeto, a obra de Timeu é a que apresenta menor valor contudístico e metodológico. Uma vez que a metodologia de Políbio está diretamente associada ao seu modelo de historiador, ambos centrados no critério de verdade, a crítica a Timeu, mais do que relativamente à obra, incide também sobre o autor: a obra só carece de atributos essenciais à historiografia porque o historiador não assumiu o *hōs istoriāç*. Não apenas semelhante a um rapsodo quanto à sua metodologia, Timeu também é apresentado como um anti-Odisseu, o mais desqualificado dentre todos os historiadores.

²¹ Segundo Walbank, 1999, v. II, *ad locum*, haveria poucas obras em Atenas sobre o ocidente, e nada como Alexandria, mas tão somente pequenas bibliotecas particulares.

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.6-25

A insistência polibiana na necessidade da *empeiria* derivada da vivência do historiador, denominada²² *autourgía* e *autopáqeia*, só tem sentido se entendida vinculada ao reclame da *emfasiç* necessária a uma obra histórica: termo da retórica²³, em Políbio significa clareza do relato. Assim, apenas um historiador que houvesse vivenciado completamente, e por isso também tivesse experiência no trato com testemunhas, seria capaz de escrever um relato claro, portanto verdadeiro, portanto útil. Esta questão sinaliza a indissociabilidade, em toda a obra de Políbio e principalmente no livro XII, entre questões éticas e epistemológicas: só é um historiador competente quem apresenta uma conduta talhada para tal, e apenas pelo fato de apresentá-la está capacitado a escrever história²⁴.

A quarta acusação de Políbio relaciona a imperícia de Timeu ao fato de ser ele o menos esforçado dos historiadores, problemática diretamente dependente da questão de ater-se apenas à consulta a documentos levantada a partir da terceira acusação:

a restante parte pragmática da história dele [i. é., Timeu] é composta de todos os erros de que muito falamos. Diremos agora a causa do erro, improvável para muitos, mas que será reconhecida como a mais verdadeira das acusações contra Timeu. Pois parece-me que a capacidade de aprender com a experiência de cada fato e a postura sobre o esforço preparam e, em suma, arduamente ocupam o escrever história. Dentre aqueles com nome de historiadores ninguém parece ter sido nem mais imperito nem menos esforçado (Pol., XII, 27a , 1-4).

A crítica de Políbio é procedente, pois que se refere apenas à *pragmatikòn méroç* da obra do siciliano. A causa de todos os erros de Timeu se deve ao fato de ser um historiador *apeiróteroç* *kaì* *afiloponwteroç*, ou seja, o mais inexperiente e o menos apreciador das fadigas do ofício. Com isso se fecha a cadeia do raciocínio polibiano: não enfrentando as dificuldades necessárias para a composição de uma história pragmática, Timeu pode ser considerado o menos experiente dos historiadores, pois que não utilizou sua visão nem o questionamento para coletar informações para sua obra. Isso porque redigiu sobre um período em que bastava a erudição, o que retira de sua obra toda a validade para os que estariam diretamente interessados nela, no caso os homens do presente. E essa obra não possui valor não só por reportar-se a uma época

²² Em XII, 28a, 6.

²³ Cf. referências em Sacks, 1981, pp. 36-7.

²⁴ Cf. Sacks, 1981, pp. 74-5.

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.6-25

desligada da realidade interessada, mas porque a ausência de experiência pessoal dessa mesma realidade compromete o julgamento do historiador, e conseqüentemente a veracidade de seu relato, mesmo quando se trata de aquilatar o valor das informações obtidas da erudição, uma vez que a experiência do erudito corresponde à parte menos significativa para a composição de uma história pragmática.

Tendo alinhavado por fim todas as críticas e acusações, Políbio enuncia aquele que seria coligido como o fragmento 101a de Heráclito de Éfeso, explicitando o método historiográfico no qual ter-se-ia baseado:

sendo dois, conforme a natureza, os instrumentos com os quais nos informamos e pesquisamos [audição e visão], e sendo mais verdadeira a visão não por pouco segundo Heráclito – pois os olhos são testemunhas mais precisas que os ouvidos – Timeu escolheu para pesquisar o mais agradável, mas também o pior desses caminhos. Pois da visão ele se priva completamente, e se esforça pelo que provém da audição. E sendo esta de duas formas, uma relacionada a documentos, voltou-se negligentemente para a referente aos questionamentos, conforme está demonstrado acima (Pol., XII, 27, 1-3).²⁵.

Visão e audição são os instrumentos de que o ser humano dispõe para obter informações. A partir do pensamento de Heráclito, Políbio estabelece o primado da visão sobre a audição aceitando sua qualificação de agente mais preciso (ακριβέστεροι), e por isso mais verdadeiro (αληθινωτέρα), do processo cognitivo de apreensão da realidade²⁶. A visão pode ser relacionada à direta experiência do sujeito como agente de conhecimento inserido na temporalidade presente, ou à indireta apreensão do passado próximo, por meio do questionamento das testemunhas oculares²⁷. A audição pode referir-se a dupla possibilidade: pesquisa de memórias (*i. é.*, documentos), que se refere à apreensão da temporalidade do passado remoto, e

²⁵ A respeito do primado da visão cf. também Pol., XX, 12, 8: *não é o mesmo decidir sobre os fatos a partir da audição e depois de haver sido observador, mas difere grandemente, e é algo muito útil a todos a convicção segundo a evidência*. Walbank, 1999, v. III, *ad locum* aponta exemplos de ocorrências sobre o mesmo tema em Tuc., I, 73, 2; Dião Cris., XII, 71; Luciano, *Como Escr. Hist.*, 29 e Hor., *A.P.*, 181-2.

²⁶ Cf. Sacks, 1981, pp. 62-3. Para Hartog, 2000, p. 386, privilegiar a visão em detrimento da audição enquanto fontes de conhecimento é um raciocínio próprio da, e ontologicamente auto-evidente para a cultura dos gregos.

²⁷ O estabelecimento das diferentes temporalidades sobre as quais atuam visão e audição pretende-se uma possível resposta aos questionamentos de G. Schepens: “qual motivo particular Políbio possuía para confiar mais nos olhos que nos ouvidos? Qual o sentido que pretende dar à expressão heracliteana?” (Schepens, “L’occhio e l’orecchio: selezione delle testimonianze nel metodo degli storici Greci”, p. 65, *in*: Musti, 1979).

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.6-25

questionamentos de testemunhas oculares ou auditivas, meio auxiliar da visão na apreensão da temporalidade presente ou do passado próximo. As duas primeiras pressupõem a presença do sujeito cognoscente, da experiência pessoal direta na apreensão da realidade. A última fornece apenas indícios a partir dos quais pode-se apreender vestígios do passado.

A primeira acusação contra Timeu se reportava à problemática apreensão das *práxeis* e dos *tópoi katà th̄n oikouménhn*, que para tanto exigem um historiador *auλόpthç*, ou seja, reclamam a presença cognitiva do sujeito-autor²⁸. Todas as outras acusações dizem respeito à apreensão da realidade, passada ou presente, nos mesmos termos, ou seja, relativa a acontecimentos e locais. Associada ao máximo grau de veracidade de uma narrativa, a visão é a ferramenta mais apurada do historiador quando se trata de apreender esse tipo de realidade. Mas a história não é composta apenas pelo relato das ações ou pela observação dos locais, menos ainda pela erudição livresca. Também os *lógoi*, os discursos²⁹, devem ser reportados, e para tanto Políbio tece considerações à parte. Também com relação à transmissão de discursos Políbio inicia sua reflexão criticando Timeu: *ele não escreveu o que se disse, nem segundo foram ditas conforme a verdade* (Pol., XII, 25a, 5). Em seguida, Políbio teoriza sobre o modo como julga devam ser reportados os discursos numa obra de história, e com que finalidade:

pois se os historiadores, ao descrever os tempos, os motivos e as disposições dos debatedores, e em seguida ao expor as palavras ditas conforme a verdade, esclarecessem-nos as causas devido às quais se poderia ou não identificar os falantes, advir-nos-ia alguma reflexão verdadeira sobre o fato e poderíamos, discernindo ou rearranjando, chegar às palavras semelhantes às ditas anteriormente. Mas penso que é difícil apontar a causa, e fácil construir frases nos livros; pouco dizer oportunamente e descobrir a instrução disso é acessível a poucos, e inserir muitas coisas em meio às existentes é inútil e corrente. (Pol., XII, 25i, 8-9).

²⁸ Cf. Pol., XII, 4c, 3-4.

²⁹ A respeito da questão de ações e discursos como bases da construção historiográfica, e das dificuldades inerentes à apreensão e reconstrução dos discursos, cf. Walbank, “Storiografia tragica e storiografia pragmatica: la scelta di Polibio”, pp. 142 e ss, in: Musti, 1979. Ziegler, 1952, cc. 1524-7 cataloga todos os discursos contidos na obra polibiana. Segundo Sacks, 1981, p. 6 os discursos em Políbio têm dupla finalidade: são parte da narrativa e cumprem função didática.

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.6-25

Na busca pelas *aitíai*, momento em que se condiciona o desenrolar do objeto digno de relato, é preciso combinar o estudo das ações e dos discursos que as forjaram. Fundada no conhecimento das causas³⁰, a história necessita da verdade, que só se evidencia, no relato das ações e sobre os lugares, conforme o grau de experiência utilizado pelo historiador, de acordo com a apreensão de cada uma das três temporalidades. No relato das coisas ditas, também o reclame metodológico pela verdade fundamenta a construção da narrativa polibiana, e se define como a clareza (*diasafésaien*) empregada pelo autor para discernir causas, estribada em sua conformidade com a verdade (*kat! allhqeian*).

C. Wooten³¹ resume a questão a respeito do significado dos discursos para Políbio: “ele próprio não estava especialmente interessado em oratória, como estava Dionísio de Halicarnasso, e por isso não utilizou os discursos como expressão criativa de sua própria habilidade retórica. Tampouco ele utiliza os discursos como veículo para seus próprios pensamentos como fizera Tucídides. Políbio claramente percebe que os discursos constituem importantes ocorrências históricas com grande efeito no curso dos eventos. Eles também permitem entrever o caráter e a personalidade dos homens de Estado que fazem a História, e expõem os problemas que esses homens enfrentam. Os discursos”, continua C. Wooten, “Políbio os escreve com o mesmo estilo que utiliza nas seções narrativas da obra, o que indica que ele não os está reportando, mas recordando quais argumentos, figuras e lugares-comuns foram utilizados em dada ocasião. O estilo é basicamente plano e direto, sem floreios retóricos nem esquematizações. (...) O estilo que ele utiliza é basicamente a *léxiç eifoménh*, o ‘estilo contínuo’ que Aristóteles discute na *Retórica* (3. 9), sem adornos, o estilo do historiador pragmático, não do orador”.

A polêmica com Timeu constitui um *parti-pris* de Políbio em relação à historiografia que nomeia pragmática, porque fundada no acurado exame das evidências com finalidade didática, em oposição àquela que caracteriza como semelhante aos discursos epidícticos. Por outras palavras, constitui um embate entre uma historiografia dita “filosófica”, “séria” e “objetiva” contra outra caracterizada como “sofística”.

³⁰ Cf. Pol., III, 7, 7: *nada deve ser tão vigiado e buscado quanto as causas de cada um dos acontecimentos*. Também Pol. XXII, 18, 6: *digo ser a coisa mais importante para historiadores e amantes do aprendizado o conhecer as causas a partir das quais cada uma das ações é produzida e surge*.

³¹ 1974, pp. 235-8. Às páginas 248-9 o autor discute as semelhanças entre os discursos de Demóstenes e aqueles reportados por Políbio.

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.6-25

No próêmio do sexto livro, diz ele haver quem sustente a opinião de que o gênero dos discursos epidíticos necessita de maior natureza, empenho e preparação do que o da história. Diz também que essa opinião primeiramente se aplica a Éforo, incapaz de refutar suficientemente quem assim pensava. Então ele, Timeu, tentou interpretar a história a partir da comparação com os discursos epidíticos, fazendo algo o mais descabido, a primeira trapalhada do historiador. Mostrando-se Éforo, ao longo de toda a obra, admirável com relação à elocução, ao pensamento e à invenção das proposições, configura-se como o mais hábil em digressões e sentenças próprias e, em suma, sempre que encadeia um raciocínio. Também ao longo de alguma explanação muito agradável e persuasiva Éforo tratou da relação entre historiógrafos e logógrafos. E Timeu, para que não parecesse inspirar-se nele, decide ainda caluniá-lo, bem como a outros. Pois devido ao fato de explicar de modo deficitário, exagerado, sem clareza e desajeitado aquilo que foi convenientemente trabalhado por outros, fez com que nenhum ser vivo aceitasse dedicar atenção a isso. Desejando amplificar a história, primeiro disse que é tal a diferença entre a história e os discursos epidíticos qual a que apresentam as construções e argumentos verdadeiros em relação aos cenários cenográficos. E, em segundo lugar, diz que o próprio ato de compor a introdução da história é trabalho maior do que qualquer obra de discursos epidíticos (Pol., XII, 28, 8 – 28a, 2).

Segundo K. Ziegler.³² Políbio continua de modo irônico:

digo então que requer tanta despesa e esforço coligir documentos dos corsos e ocupar-se dos costumes dos lígures, celtas e iberos, que nem eu próprio esperaria ter nem ninguém mais teria credibilidade com relação a isso. Com prazer alguém perguntaria ao escritor qual atividade ele sustenta necessitar de mais despesa e esforço, compulsar documentos e ocupar-se dos costumes dos lígures e celtas sentado numa cidade, ou ter experiência sobre vários povos e locais depois de observar pessoalmente. E, quanto à informação acerca de combates, cercos e batalhas navais, obtê-la daqueles que participaram dos perigos, ou adquirir perícia a partir de obras significativas e dos acontecimentos que lhes sucedem? (Pol., XII, 28a, 3-5).

³²

1952, c. 1522.

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.6-25

Políbio então arremata a discussão, aprofundando a ironia:

não penso que as construções verdadeiras sejam tão diferentes dos cenários cenográficos, nem que a história seja diferente dos discursos epidíticos, quanto a declaração de esforço e experiência próprios, em qualquer composição, seja diferente das coisas escritas a partir da audição ou de narração (Pol., XII, 28a, 6).

Políbio equipara ironicamente história e discurso epidítico, construção verdadeira e cenário teatral apenas para sentenciar que, de fato, o historiador necessita redigir a partir de esforço próprio e não de coleções de segunda mão. Assim o historiador demarca a linha distintiva entre sua história, pragmática, e a de Timeu, não nomeada, retoricamente composta por um artista da palavra sem experiência do objeto de estudo. Por outras palavras, Políbio delimita sua perspectiva pragmática apresentando-se como um autor de um gênero análogo ao deliberativo, cujo *officium* também é didático, opondo-se por consequência ao método epidítico de Timeu de matiz sofisticado.³³ Para Políbio, o equívoco de Timeu reside no fato de que o gênero da historiografia *não* é comparável ao dos discursos epidíticos em qualquer grau, posto que a condição para escrever história é o acúmulo de experiência pessoal, entendida como garantia do discurso verdadeiro e portanto proveitoso, e não a reelaboração demonstrativa da tradição, verossímil porém inútil.

Tanto Éforo quanto Timeu teriam redigido orientados segundo princípios da historiografia dita isocrática³⁴. J. Mandel³⁵ afirma que “os filólogos clássicos faziam, no desenvolvimento da historiografia grega, a distinção entre duas correntes, que eles denominavam pragmática e retórica. O criador da primeira corrente foi Tucídides, que não tinha de modo algum a intenção de divertir seus leitores mas queria lhes transmitir

³³ Sobre os *officia* oratórios, cf. Cic., *Orat.*, 69; sobre o assunto próprio a cada gênero oratório e a função útil do deliberativo, cf. Cic., *De or.*, I, 141.

³⁴ Cf. Ullman, 1942, p. 32 (especificamente para Timeu. O autor, entretanto, não menciona a fonte que afirma a filiação entre Isócrates e Timeu que, para Sacks, 1981, p. 68, é apenas hipótese interpretativa), Brown, 1954, pp. 829-30, Strasburger, 1975, p. 48 e Marincola, 2001, p. 111. A fonte mais antiga a afirmar a filiação entre Isócrates, Éforo e Teopompo é Cícero, *De or.*, II, 57: *Como que de uma oficina de oradores muito ilustre, dois homens intelectualmente excelentes, Teopompo e Éforo, dedicaram-se à história estimulados por Isócrates; porém nunca participaram de processos.* Dada a distância cronológica, à página 33 B. L. Ullman aponta os problemas concernentes à identificação do legado isocrático para a prática historiográfica, muito embora aceite a tradição ciceroneana: “que Isócrates ensinou a escrever história retórica podemos apenas inferir de seu trabalho e do fato de que foi professor dos historiadores Éforo e Teopompo. Não temos um conhecimento definido sobre se o ensino de escrever história retórica era parte do treinamento retórico em período tão recuado”.

³⁵ 1980, p. 13.

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.6-25

fatos ocorridos, acompanhados de suas causas e conseqüências. A segunda corrente, a retórica, formou-se na época helenística, sob a influência das idéias de Isócrates (séculos V e IV a.C.), que acentuava e exigia que se respeitasse antes de tudo o lado artístico da obra, sua redação retórica, mesmo em detrimento da verdade e da atitude históricas”. Tal distinção não leva em consideração a apropriação de conceitos da historiografia tucidideana por parte da retórica isocrática³⁶, apropriação esta, estruturada em três momentos, da qual os dois primeiros estão presentes em Políbio, sendo tão somente o último o alvo de suas polêmicas: de um lado, Isócrates extrai de Tucídides reflexões políticas que visassem a formação do homem público, de outro, insere tal extração na finalidade ética da retórica epidítica, censurar ou elogiar³⁷, cuja construção artística visa o belo ou o feio³⁸, portanto nada que se defina imediatamente como útil. O terceiro momento compreenderia a transmissão do legado isocrático para Éforo, Teopompo e talvez Timeu. Tendo ou não em mente perspectivas apontadas pela obra de Tucídides, Políbio absorve ou retrabalha os dois primeiros momentos: por exemplo, a ênfase na necessidade da experiência pessoal de extração político-militar para aquele que vai tratar tanto de história quanto de política³⁹, a busca por construir um relato útil⁴⁰, a idéia de que a história é didática, à qual subjaz a noção de que ensina por via de exemplos éticos⁴¹, e a distinção entre história, mitologia e narrativas fictícias⁴². Assim, a crítica polibiana a seus predecessores incide sobre o excesso e a

³⁶ Jäger, 1995, pp. 1136-7: é Isócrates quem insere a história na retórica político-epidítica.

³⁷ Jäger, 1995, p. 1139.

³⁸ Arist., *Ret.*, 1358b27-9: *para os que elogiam e censuram, o fim é o belo e o feio.*

³⁹ Tuc., I, 18, 3; 22; 71, 4; 80, 1, 3 e 6; 99; 121, 2; 142, 5. Isóc., *Antíd.*, 48, 2; 184, 1; 187, 7.

⁴⁰ Tuc., I, 22, 4. Isóc., *Panat.*, 246, 9: *beneficiar ou agradecer aos ouvintes.*

⁴¹ O conceito do *parádeigma* ético-retórico subjaz à *recordação dos revezes alheios* (I, 1, 2) o meio pelo qual a história polibiana ensina a suportar os revezes do acaso. A questão dos exemplos está presente em Tuc., II, 43, 4, quando Péricles exorta seus contemporâneos a não se abaterem com os perigos da guerra por via da emulação dos mortos; em Isóc., *Ad Nic.*, 35: *observa o que acontece e advém aos particulares e aos chefes a partir de seus atos; caso recordes o passado, melhor deliberarás sobre o futuro*; e em Xenof., *Mem.*, III, 5, 14-5 (sobre a história exemplar em Xenofonte cf. Chatelet, 1962, p. 304): *Agora então, disse Péricles, que faremos para recuperar a antiga excelência? E Sócrates: parece-me não ser segredo: caso retomemos as ocupações dos ancestrais, nada faremos pior do que eles, nem seremos piores. Caso não, imitando os primazes, ocupando-nos com eles nas mesmas coisas e servindo-nos deles, em nada seríamos piores do que aqueles, e quanto mais ocupados, tanto melhores.* A idéia presente em Xenofonte relativa à imitação dos ancestrais ou dos melhores está em Isócrates como fonte de conhecimento, na medida em que caberia ao professor produzir exemplos para que fossem imitados: *Ctr. Sof.*, 18. Cf. Jäger, 1995, pp. 1135 e 1180.

⁴² Tuc., I, 20, 3 e 22, 4. Isóc., *Panat.*, 1, 1-5: *decidi escrever não discursos míticos, nem mistos de coisas espantosas e mentirosas (...) nem sobre as antigas ações e guerras empreendidas pelos gregos.* Em XVI, 12, 9 Políbio critica Teopompo por escrever *terateuoménoiç kai logopoiouisi*. A respeito da partição isocrática, sua relação com Tucídides e Platão, e sua contribuição para com as partições de Cícero, *De inu.*, I, 27, *Ad Her.*, I, 12 e de Asclepiades de Mirlea (I a.C. – *apud* Sexto Empírico, *Adv. Gram.*, 252), cf. Pfister, 1933, *passim* (criticado por Wilcox, 1943, p. 427 quanto à análise da segunda

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.6-25

mera finalidade hedonísticos da obra, além da preterição, em seu favor, da experiência político-militar, atributo que seria o mais necessário a qualificar um historiador. Não incide, portanto, sobre a influência isocrática como um todo, dada sua relação intrínseca com questões políticas caras também à historiografia, questões que delimitam seu conteúdo e às quais visa sua finalidade ético-epistemológica.

Ao longo do livro XII a crítica de Políbio a Timeu se volta, de maneira mais abrangente, contra dois postulados caros à historiografia isocrática operados pelo taumenita: de um lado, Políbio critica o estilo de Timeu, a frieza de sua redação, sua prolixidade, sua tendência à reflexão pseudo-filosófica e à linguagem sentenciosa e aforística, que supostamente revelariam superficialidade ou incapacidade *especulativa*; de outro, Políbio ataca os erros históricos e geográficos do predecessor, sacrificados em nome da finalidade propagandística da historiografia isocrática, na medida em que via a história como afim da oratória, dedicada ao verossímil e não ao verdadeiro.⁴³

De modo mais específico, porém, a crítica polibiana expressa no passo citado se volta para a determinação dos preceitos isocráticos que deveriam ser valorizados. Éforo e Timeu, postos em comparação, encarnariam respectivamente as virtudes e os defeitos da historiografia isocrática. Na esteira disso, a preocupação polibiana em definir a história à maneira de Éforo, ou seja, a partir da criteriosa distinção e apropriação de elementos da retórica epidítica, denota o exercício de uma fusão entre duas concepções retóricas distintas, a isocrática e a aristotélica, a qual, ao identificar a elocução adequada a cada gênero, coloca a epidítica como mais apropriada para ser posta por escrito.⁴⁴ De Isócrates, portanto, Políbio absorve, em termos de conteúdo e finalidade, aquilo que o orador compartilha com a rigorosa baliza de Tucídides e, quanto ao elemento retórico, aquilo sobre o que Éforo teria apropriadamente refletido a partir da apropriação da

partição isocrática). Especificamente sobre o referido Asclepiades e sua partição que derivaria da tripartição polibiana dos gêneros da história em IX, 1, cf. Von Fleschenberg, 1913, *passim*. Von Christ, 1974, p. 204, n. 8 aponta os autores que, a partir do período imperial romano, tratarão a história pelo prisma de seu enquadramento como gênero da retórica (Apolônio de Tiana [séc. I], ep. 19; Élio Teão [séc. I-II], *Progm.*, 60, 23; Sexto Empírico [séc. II-III], *Adv. Gram.*, 268; Nicolau [séc. V], *Progm.*, 55, 11 e Siriano [séc. VII], IV, 60, 9. Plínio Jovem, que compara os gêneros da epístola e da história (VI, 16, 22 – cf. Ash, 2003, *passim*) não é mencionado).

⁴³ Gentili e Cerri, 1975, pp. 41-2. Para Ferrero, 1970, p. 27 a historiografia isocrática baseia-se no precedente tucidideano situado entre o que foi *dito com precisão* e aquilo como *parecia* ter sido dito (I, 22, 1), alargando demasiadamente o segundo em detrimento do primeiro. Daí a polêmica polibiana visando uma história mais rigorosa.

⁴⁴ Cf. Arist., *Ret.*, 1414a20. Além disso, Aristóteles também aponta a maior precisão do discurso escrito: *idem*, 1413b8-9.

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.6-25

teoria aristotélica sobre o gênero epidítico, ou seja, a necessidade de elocução precisa e clara.

A crítica polibiana a Timeu constitui índice do compartilhamento operado entre a historiografia e outros gêneros literários relativamente ao direito de criticar com o objetivo de conferir valor aos próprios argumentos por meio da correção ou redimensionamento dos argumentos alheios. Perfeitamente inserida na mentalidade agonística grega, denota o necessário esforço de lapidação argumentativa operado por uma via não tão polibianamente pragmática – posto que assentado sobre a discussão erudita – quanto polibianamente fecunda – posto que elemento externo agregado à complexidade metodológica proposta pelo autor. Dialogando com o passado a crítica se beneficia e tem sua razão de ser, e confere ao presente um direito ainda mais caro, o de refletir e revisar.

BIBLIOGRAFIA

BROWN, T. S. “Herodotus and his profession”. *AHR* n. 59.4, p. 829-843, 1954.

(www.jstor.org)

FERRERO, L. *Rerum scriptor. Saggi sulla storiografia romana*. Roma: L’Erma di Bretschneider, 1970.

FRASER, P. M. *Ptolemaic Alexandria*. Oxford: Clarendon Press, v. I – Text, 1972.

GABBA, E. (org.) *Polybe. Entretiens sur l’antiquité classique*, 1973. (Fondation Hardt, 20)

GENTILI, B e CERRI, G. *Le teorie del discorso storico nel pensiero greco e la storiografia romana arcaica*. Roma: Ateneo, 1975.

HARTOG, F. “The invention of history: the pre-history of a concept from Homer to Herodotus”. *History and theory* n. 39.3, p. 384-395, 2000. (www.jstor.org)

JÄGER, W. *Paidéia. A formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MARINCOLA, J. *Authority and tradition in ancient historiography*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, reimp. 1999.

_____ *Greek historians*, 2001. (Greece & Rome, 31)

_____ “Odysseus and the historians”. *Histos*, p. 1-36, 1997. (www.dur.ac.uk/Classics/histos/1997/marincola.html)

MUSTI, D. (org.). *La storiografia greca. Guida storica e critica*. Roma-Bari: Laterza, 1979.

Revista Eletrônica Antiguidade Clássica – No. 002/ Semestre II/2008/pp.6-25

- NENCI, G. “Il MARTUS nei poemi omerici”. *PP* n. 61, p. 221-241, 1958.
- PFISTER, F. “Isokrates und die spätere Gliederung der *narratio*”. *Hermes* n. 68, p. 457-460, 1933.
- PRÉVOT, A. “Verbes grecs relatifs à la vision et noms de l’oeil”. *Revue de Philologie* n. 9, p. 133-135 e p. 233-279, 1935.
- SACKS, K. *Polybius on the writing of History*. Berkeley, Los Angeles & London: University of California Press, 1981.
- STRASBURGER, H. *Die Wesensbestimmung der Geschichte durch die antike Geschichtsschreibung*. Wiesbaden: Franz Steiner, 3. aufl., 1975.
- ULLMAN, B. L. “History and tragedy”. *TAPA* n. 73, p. 25-53, 1942. (www.jstor.org)
- Von CHRIST, W. *Geschichte der Griechischen Literatur*. München: C. H. Beck’sche, 6. aufl., t. II, v. I, 1974.
- Von FLESCHENBERG, O. S. “Die Einteilung der *ISTORIA* bei Asklepiades Myrleanos”. *Hermes* n. 48, p. 623-628, 1913.
- WALBANK, F. W. *A historical commentary on Polybius*. Oxford: Clarendon Press, v. I – Commentary on books I-VI, 1957.
- _____ *Idem*. Oxford: Oxford University Press, v. II – Commentary on books VII-XVIII, 1967, reimp. 1999.
- _____ *Idem*. Oxford: Oxford University Press, v. III – Commentary on books XIX-XL, 1979, reimp. 1999.
- _____ *Polybius*. Los Angeles & Berkeley: University of California Press, 1972.
- WILCOX, S. “Isocrates’ genera of prose”. *AJPh* n. 64.4, p. 427-431, 1943. (www.jstor.org)
- WOOTEN, C. “The speeches in Polybius: an insight into the nature of Hellenistic oratory”. *AJPh* n. 95.3, p. 235-251, 1974. (www.jstor.org)
- ZIEGLER, K. Polybios. In: *RE*, 1952, v. 41, cc. 1440-1578.